

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. As informações estão apresentadas em milhões de Reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2007 foi repleto de conquistas para a Tractebel Energia. Do ponto de vista financeiro, registramos o maior lucro líquido de nossa história, R\$ 1.046 milhões, resultado 7% maior do que o do ano anterior e impulsionado por um faturamento também recorde. Nosso desempenho operacional foi igualmente exemplar: as usinas, mesmo operando em elevados níveis de exigência, atingiram um índice de disponibilidade de 98%, desconsiderando-se as paradas programadas, o que nos permitiu atender inclusive a demandas adicionais, como a exportação de energia para a Argentina, possibilitando à Companhia quebrar outro recorde: o de geração anual, com quase 34 mil GWh ou 3.865 MW médios.

Tão relevante quanto os desempenhos financeiro e operacional foi o fato de, em 2007, termos iniciado uma série de projetos que inauguraram um novo ciclo de crescimento para a Tractebel Energia.

Um dos destaques dentre o conjunto dos investimentos foi a aquisição da Companhia Energética São Salvador, responsável pela construção e futura operação da hidrelétrica de mesmo nome. Localizada no Rio Tocantins, a usina representará um aumento de 243 MW na capacidade instalada da Tractebel Energia e tem seu início de produção previsto para 2009.

Outro importante acréscimo de fonte de energia renovável se deu com a aquisição da hidrelétrica Ponte de Pedra, situada na divisa dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A usina já opera comercialmente desde 2005 e, quando da aprovação da transação pelas autoridades competentes, somará 176 MW à nossa capacidade instalada.

Para fazer face a todos esses investimentos, continuaremos contando com o vigor de nosso fluxo de caixa para os próximos anos, reforçado com a venda de 256 MW médios do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito. Esta usina, em construção no Rio Tocantins e que terá 1.087 MW de potência, é um dos maiores projetos de geração de energia do Brasil, e é nossa intenção adquirir, no primeiro semestre de 2008, a parcela que nosso controlador, SUEZ Energy South America Participações Ltda. (SESA), possui no empreendimento.

Com relação ao parque termelétrico, o destaque do ano foi a aquisição do projeto Seival, no Rio Grande do Sul, que poderá acrescentar até 540 MW à capacidade instalada da Companhia quando entrar em operação em 2012 e cuja maior parte da produção temos intenção de exportar para o Uruguai, transformando em riqueza para o Brasil parte do carvão mineral disponível e não utilizado no Rio Grande do Sul.

Todas estas aquisições, somadas aos resultados positivos, marcam o ano de 2007, que também foi importante para elevarmos nosso nível de conhecimento sobre projetos de fontes de energia alternativa, como a biomassa, a eólica e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). A experiência adquirida por meio das incursões que realizamos nesse segmento, ainda que algumas não tenham frutificado, reforça nossa capacidade de avaliar mais criteriosamente novas oportunidades relacionadas a essas fontes já em 2008.

Diante deste cenário e do crescimento de consumo de energia elétrica no País, sentimo-nos prontos para crescer. E para crescer com sustentabilidade. Com esse foco, em 2007, ampliamos as ações com o objetivo de fortalecer nosso compromisso com os preceitos do desenvolvimento sustentável, que demandam a mensuração de nossos resultados não apenas na dimensão operacional-financeira, mas também nos âmbitos social e ambiental.

Um importante passo foi termos oficializado nossa Visão – "Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil" – e nossa Missão – "Gerar energia para a vida". Criamos também o Comitê de Sustentabilidade, encarregado de estabelecer metas para nossa atuação sócio-ambiental, e monitorar os resultados dos nossos projetos e ações de responsabilidade corporativa.

Fomos além: aprimoramos nosso Código de Ética, em consonância com as "Regras de Organização e de Conduta das Empresas do Grupo SUEZ". O novo Código reafirma os valores que compartilhamos com nosso controlador e aprofunda as questões relativas ao comportamento ético da Companhia. Além disso, elaboramos o regimento interno de nosso Conselho de Administração com base em documento análogo adotado pela SUEZ.

Como reconhecimento pela adoção das melhores práticas no relacionamento com o mercado, fomos agraciados com o Troféu Transparência, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), em parceria com o SERASA e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), às empresas que divulgam o balanço patrimonial e demais relatórios contábeis de forma clara e precisa.

Nosso comprometimento com o crescimento sustentável foi igualmente reconhecido: as ações da Tractebel Energia integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pelo terceiro ano consecutivo, e todas nossas usinas tiveram as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 renovadas.

O crescimento robusto registrado em 2007, as boas perspectivas delineadas para os setores de infra-estrutura como um todo e as oportunidades de consolidação dentro do setor elétrico apontam para um ambiente convidativo a novos investimentos também em 2008. Se nos últimos anos passamos por transformações para nos preparar para esse novo ciclo de expansão, o exercício de 2007 definitivamente marcou nosso retorno ao crescimento. Queremos progredir, aumentando nosso market share de forma sustentável, sem abrir mão da ética, da eficiência e do comprometimento com o desenvolvimento sócio-ambiental das regiões onde atuamos. Estamos certos de que é dessa maneira que se gera cada vez mais valor para nossos acionistas e para a sociedade, a quem, juntamente com nossos empregados, clientes, fornecedores e todos aqueles que interagem com nossas atividades, gostaríamos de agradecer pela dedicação, apoio e confiança.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
 Diretor-Presidente
 Maurício Stolle Bähr
 Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. PERFIL INSTITUCIONAL

A Tractebel Energia é a maior companhia privada de geração de energia elétrica no Brasil. Desde 1998, ano em que começou a atuar no País, dedica-se a todas as etapas da implantação e operação de usinas geradoras. A comercialização da energia produzida em suas usinas, adicionada à de terceiros, é realizada com distribuidoras, comercializadoras e clientes industriais.

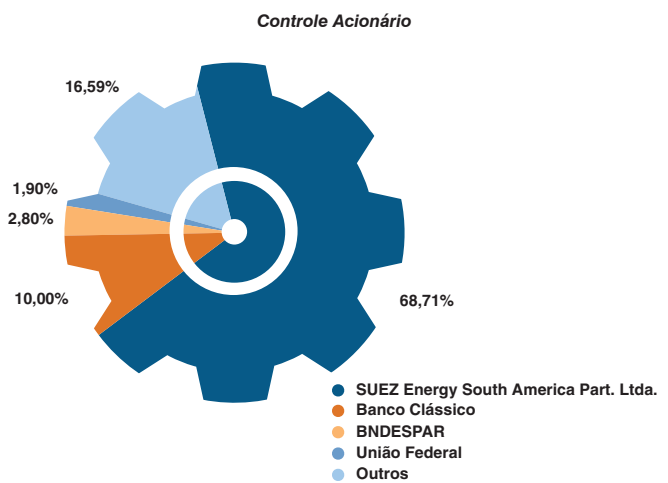
Sediada em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, ao final de 2007 a Companhia possuía parque gerador composto por seis usinas hidrelétricas e sete termelétricas, distribuídas pelos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. As termelétricas são movidas a carvão, gás, óleo e biomassa, e todas têm suas emissões de gases controladas e monitoradas pela Companhia e respeitando os limites determinados pelas normas técnicas e os órgãos de licenciamento e fiscalização ambiental. Sua capacidade de fornecimento é de 5.918 MW, dos quais 4.705 MW provenientes de geração hidrelétrica e 1.213 MW de geração termelétrica, correspondente a cerca de 6% da capacidade instalada total do Brasil.

Além das atuais 13 usinas em operação, dois novos empreendimentos estão sendo desenvolvidos no Rio Tocantins – as hidrelétricas São Salvador e Estreito, que agregarão 678 MW à capacidade da Tractebel Energia.

Adicionalmente, em 2007, a Companhia adquiriu dois outros empreendimentos de geração: o projeto termelétrico Seival, situado no Rio Grande do Sul, que deverá entrar em operação em 2012; e a hidrelétrica Ponte de Pedra, entre os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já em operação, que agregará 176 MW à capacidade total da Companhia quando da aprovação da aquisição pelos órgãos competentes. A aquisição do projeto termelétrico e da usina hidrelétrica demandou o aporte de R\$ 23,8 milhões e R\$ 592,0 milhões, respectivamente.

1.1. Controle Acionário

O capital total da Companhia em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 2.445,8 milhões, representado por 652.742.192 ações ordinárias. A SUEZ Energy South America Participações Ltda. detém o controle, com 68,71% do capital.

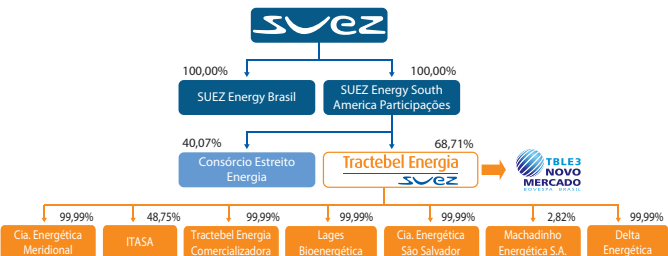


1.2. Organograma Societário

A Tractebel Energia é controlada pela SUEZ Energy South America Participações Ltda (SESA), que integra o Grupo SUEZ. A Companhia, por sua vez, detém o controle acionário da Companhia Energética São Salvador (CESS), da Companhia Energética Meridional (CEM) – em processo de incorporação -, da Lages Bioenergética Ltda. e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Além disso, com 48,75%, a Companhia possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (ITASA), empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá. Fazem parte também desse consórcio a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia de Cimento Itambé.

Em 2007, a SESA transferiu para a Tractebel Energia o controle acionário da CESS, concessionária responsável pela construção e exploração da Usina Hidrelétrica São Salvador, o que representou um investimento de R\$ 304,0 milhões. No mesmo ano, a Companhia adquiriu por R\$ 28,8 milhões 2,82% de participação acionária da Machadinho Energética S.A. (MAESA), responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Machadinho, agregando, dessa forma, 11,1 MW médios ao seu portfólio, e 2,34% na sua participação no consórcio, formado também pela Alcoa Alumínio S.A., Camargo Corrêa Cimentos S.A., Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas (DME), Valesul Alumínio S.A. e Votorantim Cimentos Brasil Ltda. Com essa transação, a Companhia passou a deter 19,28% daquela usina.

Outra controlada, a Tractebel Energia Comercializadora Ltda., tem como incumbência a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo compra, venda, importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações.



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

A economia brasileira se manteve em crescimento ao longo de 2007, impulsionada, principalmente, pelo cenário positivo desenhado para o consumo interno, que, por sua vez, cresceu graças à estabilidade dos preços, ao aumento dos investimentos, ao fortalecimento do mercado de trabalho e à ampliação do crédito.

Mantida dentro da meta estabelecida pelo Governo, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento e fechou o ano em 4,46%. Os reajustes sucessivos do preço dos alimentos em 2007 foram uma das principais causas da elevação do índice.

A taxa de juros, no entanto, manteve a curva descendente que vinha registrando em 2006. De acordo com dados do Banco Central, a taxa Selic encerrou 2007 com seu nível nominal mais baixo, 11,25%, ou seja, uma redução de 2,00 p.p. em relação ao ano anterior.

Em 2007, a produção industrial acumulou crescimento de 6,0%, seu melhor resultado desde 2004, quando foi registrada expansão de 8,3%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice superou em muito o observado em 2006 (2,8%) e 2005 (3,1%). O aumento da produção foi abrangente, atingindo vinte e uma atividades e 66,0% dos produtos pesquisados.

Esses indicadores refletem uma resistência da economia brasileira às turbulências internacionais maior que a verificada no passado - lembrando que o mercado internacional vem sendo afetado pelas dificuldades do setor imobiliário nos Estados Unidos. Os preços no Brasil não foram muito penalizados, e as agências de classificação de risco mantêm o País próximo ao grau de investimento (*investment grade*), o que contribui para atrair investimentos estrangeiros diretos.

3. MERCADO DE ENERGIA

O bom desempenho da economia brasileira teve como reflexo para o setor elétrico um aumento significativo do consumo. Em 2007, o consumo total atingiu 376,9 TWh, o que representa aumento de 5,4% em comparação a 2006, conforme dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Do total de energia elétrica gerada em 2007, 93,2% foram produzidos por hidrelétricas, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O restante foi produzido por usinas termelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira, biomassa (principalmente bagaço de cana-de-açúcar) e combustível nuclear. Vale destacar que, em 2007, o consumo industrial representou 45,9% da demanda total, ao passo que os segmentos residencial e comercial responderam por 24,1% e 15,6%, respectivamente, de acordo com a EPE.

Para atender à necessidade de expansão da infra-estrutura do País, o Governo Federal promulgou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007. O plano prevê o investimento de R\$ 503,9 bilhões em infra-estrutura para os próximos quatro anos. Desse total, R\$ 274,8 bilhões foram alocados para o setor elétrico. O PAC oferece benefícios, como redução de impostos atrelados a investimentos e ampliação e melhoria das condições de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Atualmente, o Grupo SUEZ desenvolve as obras de duas usinas integrantes do PAC: São Salvador, já transferida para a Tractebel Energia, e Estreito, em consórcio com outros investidores, cuja transferência da parcela da SUEZ para a Tractebel Energia deverá ocorrer no primeiro semestre de 2008.

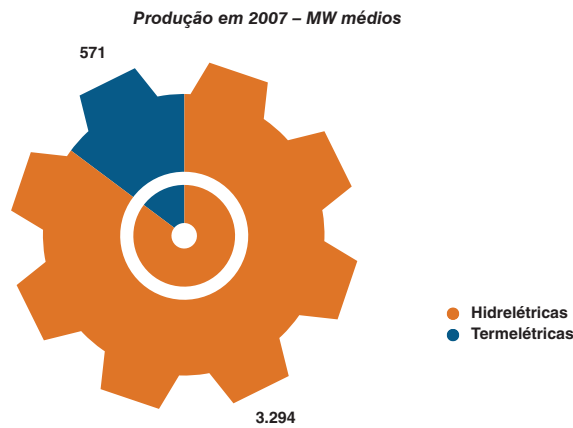
4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Disponibilidade

O patamar de disponibilidade alcançado pelo conjunto das usinas da Tractebel Energia em 2007 foi de 98,0%, desconsiderando-se as paradas programadas. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 93,0%, sendo 94,8% na geração hidrelétrica e 85,0% na termelétrica.

4.2. Produção

No período de 12 meses, a produção total de energia elétrica da Companhia alcançou 33.858 GWh (3.865 MW médios), sendo 28.858 GWh (3.294 MW médios) provenientes das hidrelétricas e 5.000 GWh (571 MW médios) de fontes termelétricas.



Em 2007, foi quebrado o recorde histórico de geração global, correspondendo a um acréscimo de 58,6% em relação a 2006, devido principalmente às condições hidrológicas sensivelmente melhores em 2007, em relação às usinas hidrelétricas; e devido ao aumento das exportações para a Argentina, em relação às usinas termelétricas.

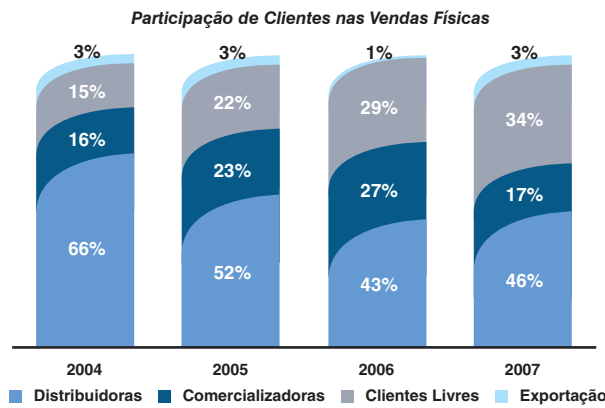
Numa avaliação global desses números, é de se destacar que, apesar do incremento na solicitação de carga que culminou com o recorde anual de geração já citado, a disponibilidade total do conjunto das usinas da Tractebel Energia manteve-se em patamar elevado, o que demonstra o alto grau de confiabilidade das usinas, mesmo em condições de elevada exigência do sistema elétrico.

4.3. Clientes

A carteira de clientes da Tractebel Energia é bem diversificada, abrangendo distribuidoras de energia, comercializadoras e clientes livres (grandes consumidores industriais), atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante a volume e prazo.

A Companhia mantém política ativa de fidelização de clientes, através da qual presta serviços que possibilitam a adaptação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor.

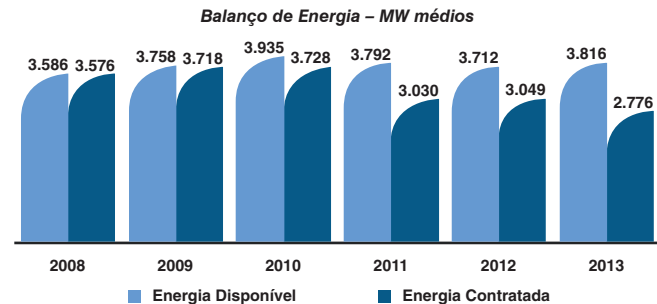
Em 2007, a presença de clientes livres no portfólio cresceu em relação ao ano anterior, alcançando 27,6% da receita operacional bruta e 33,9% das vendas físicas, representando aumento de 4,5 p.p. e 4,6 p.p., respectivamente, em comparação a 2006.



4.4. Balanço de Energia

Com base nas previsões do setor que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados acerca da energia assegurada, garantia física e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2007, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2010.



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de Reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Indicadores	2007	2006	Variação
Receita Operacional Bruta	3.365	3.005	12,0%
Receita Operacional Líquida	3.043	2.706	12,5%
EBITDA	1.857	1.595	16,4%
Margem EBITDA	61,0%	59,0%	+2,0 p.p.
Resultado do Serviço – EBIT	1.628	1.387	17,4%
Resultado Financeiro	(135)	(156)	13,8%
Lucro Líquido	1.046	979	6,8%
Ativo Total	6.598	5.539	19,1%
Patrimônio Líquido	2.817	2.765	1,9%
Investimentos e Aplicações em Ativo Fixo	730	69	958,0%
Dívida Líquida Ajustada	1.019	1.025	(0,6%)
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	-
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,60	1,50	6,8%
Valor Patrimonial por Ação (R\$)	4,32	4,24	1,9%
Preço Médio da Ação – ON (R\$)	20,32	16,53	23,0%
Distribuição de Dividendos	993	930	6,8%

Mercado

Vendas de Energia (GWh)	32.800	32.836	(0,1%)
Vendas de Energia (MW médios)	3.744	3.748	(0,1%)

Corpo Funcional

Empregados	917	905	1,3%
------------	-----	-----	------

Nota: EBITDA: lucro operacional + despesas financeiras + depreciação e amortização + amortização de ativo.

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

5.2. Receita Operacional Bruta

A receita de fornecimento de energia, a partir de janeiro de 2007, passou a ser registrada líquida do ICMS recolhido por substituição tributária incidente sobre operações de vendas interestaduais. Até 31 de dezembro de 2006 este imposto vinha sendo apresentado no grupo "Deduções da receita operacional". De modo a facilitar a análise comparativa entre os períodos apresentados, a receita operacional bruta e as deduções da receita bruta relativas ao exercício de 2006 passaram, respectivamente, de R\$ 3.060,7 milhões e R\$ 355,2 milhões para R\$ 3.005,1 milhões e R\$ 299,6 milhões.

No exercício de 2007, a receita operacional bruta alcançou R\$ 3.364,7 milhões, 12,0% superior à receita auferida no ano de 2006, que foi de R\$ 3.005,1 milhões, em função do aumento do preço médio de venda da energia em 12,0%, principalmente daquela contratada com consumidores livres, e pelo maior preço e volume de exportação de energia para atendimento das necessidades energéticas da Argentina. No ano de 2007, a quantidade de energia vendida manteve-se no mesmo patamar de 2006, da ordem de 3.740 MW médios.

5.3. Deduções da Receita Operacional

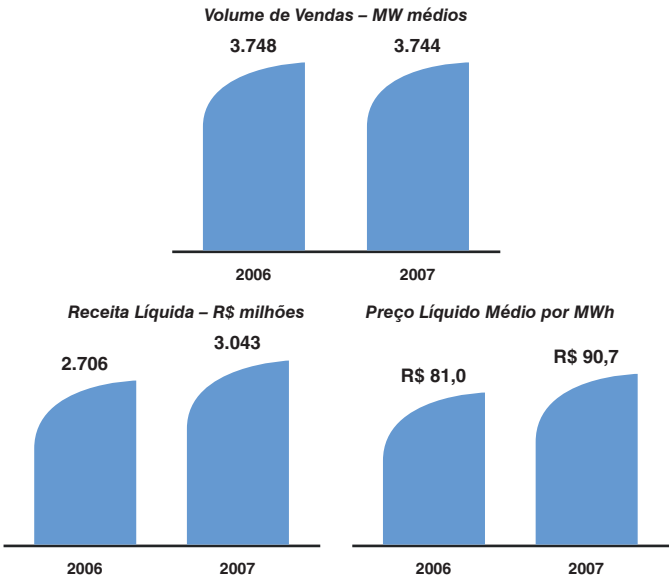
No ano de 2007, as deduções alcançaram R\$ 321,3 milhões, 7,2% superior ao mesmo período de 2006, que foi de R\$ 299,6 milhões. Este acréscimo deve-se, principalmente, à combinação do crescimento da receita de venda de energia com a redução do ICMS resultante da alteração na estrutura organizacional da controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda., a partir de junho de 2007, que fez com que o ICMS incidente sobre o faturamento de energia elétrica para consumidores livres do Estado de São Paulo, antes registrado como dedução da receita, passasse a ser cobrado por substituição tributária e deduzido diretamente da receita de fornecimento de energia elétrica.

5.4. Receita Operacional Líquida

No exercício de 2007, a receita líquida alcançou o valor de R\$ 3.043,4 milhões, 12,5% acima do registrado em 2006, que foi de R\$ 2.706,5 milhões. O aumento apresentado no ano decorreu, substancialmente, do crescimento de 12,0% do preço médio líquido de venda, que passou de R\$ 80,96/MWh, em 2006, para R\$ 90,65/MWh, em 2007, reflexo do incremento de preço e volume de energia vendida para consumidores livres e exportada para a Argentina.

Continua...

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



5.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

No ano de 2007, os custos se mantiveram praticamente estáveis em relação a 2006, atingindo R\$ 1.069,8 milhões em 2007 e R\$ 1.081,4 milhões em 2006. A variação decorreu, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Energia elétrica comprada de terceiros:** redução de R\$ 19,7 milhões, ocasionada pela menor quantidade de energia adquirida para a atividade de comercialização.
- Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** redução de R\$ 99,6 milhões, em função, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) queda de R\$ 102,3 milhões, devido, substancialmente, a uma menor exposição na CCEE em decorrência da otimização de alocação dos recursos hidráulicos em comparação com 2006; (ii) aumento de R\$ 61,4 milhões na receita resultante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), pelo maior despacho de energia das usinas hidrelétricas requerido pelo ONS; e (iii) redução de R\$ 57,4 milhões, na receita, em função de menor despacho de energia da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA) em virtude de reforço de transmissão na região de Campo Grande (MS), a partir de novembro de 2006.
- Combustíveis para produção de energia elétrica:** aumento de R\$ 24,9 milhões em decorrência, basicamente, da conjugação dos seguintes aspectos: (i) redução de R\$ 46,9 milhões devido ao menor consumo de gás verificado a partir da redução do despacho da UTWA, após o reforço de transmissão anteriormente mencionado, e ao corte no fornecimento de gás verificado no último trimestre de 2007; e (ii) aumento de R\$ 72,6 milhões relativo ao consumo de carvão para atendimento à grande demanda de exportação de energia para a Argentina em 2007.
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R\$ 51,4 milhões, em decorrência do expressivo aumento no despacho pelo ONS de energia gerada nas usinas hidrelétricas em comparação com o ano anterior, que foi influenciado pela forte estiação que atingiu a Região Sul do País. Esse incremento foi parcialmente compensado pelo aumento da receita auferida no MRE, conforme anteriormente comentado.
- Depreciação e amortização:** aumento de R\$ 21,4 milhões, em razão de revisão da vida útil de certos ativos de usinas hidrelétricas, a partir de janeiro de 2007.

5.6. Despesas com Vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão na rede elétrica e totalizam R\$ 216,7 milhões, 3,1% superior a 2006, em decorrência do aumento dos encargos de uso da rede por reajuste tarifário anual e das despesas com pessoal.

5.7. Despesas Gerais e Administrativas

Desconsiderando-se a despesa não-recorrente de R\$ 9,1 milhões, reconhecida em 2006, em função da devolução do adicional tarifário anteriormente cobrado de clientes para compensar diferenças de PIS e COFINS, as despesas gerais e administrativas no ano de 2007 foram 4,7% superiores às de 2006, totalizando R\$ 130,1 milhões. Os referidos aumentos decorreram, principalmente, do reajuste salarial anual e do reconhecimento, neste ano, da provisão para bônus dos administradores e para o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) implementado pela Companhia.

5.8. Constituição (Reversões) de Provisões Operacionais, Líquidas

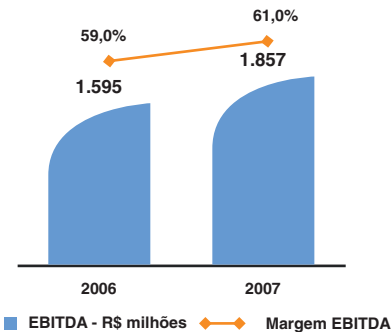
No exercício de 2007, a provisão constituída foi de R\$ 2,2 milhões. Já em 2006, a reversão líquida de R\$ 11,5 milhões foi resultante, principalmente, da reversão de provisão de natureza civil, no valor de R\$ 22,0 milhões, e da constituição de provisão para pagamento de benefícios pós-emprego, no montante de R\$ 7,9 milhões.

5.9. Ganhos em Ação Judicial

No ano de 2007, foi reconhecido o ganho de R\$ 3,7 milhões, decorrente do trânsito em julgado de decisão favorável no processo que se discutia a redução da alíquota de retenção do Seguro Acidente do Trabalho. Já no exercício de 2006, a Companhia obteve ganhos em ações judiciais no valor de R\$ 94,5 milhões, sendo R\$ 5,8 milhões referentes a acordo efetuado em ação declaratória pelo pagamento indevido de seguro garantia em processo de concorrência internacional para importação de energia da Argentina e R\$ 88,7 milhões pelo trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS.

5.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA em 2007 alcançou R\$ 1.857,3 milhões, 16,4% superior ao de 2006, que foi de R\$ 1.595,0 milhões. A margem EBITDA em 2007 alcançou 61,0% enquanto a de 2006 foi de 59,0%.



5.11. Resultado Financeiro

5.11.1. Receitas Financeiras

No exercício de 2007, essas receitas reduziram R\$ 7,1 milhões, em função de os aumentos na renda de aplicação financeira e na variação monetária sobre depósitos vinculados a lígios terem sido inferiores ao reconhecimento, no ano de 2006, de receita financeira não-recorrente relativa a juros extraordinários sobre parcelamento de dívidas de valores a receber tanto de venda de energia quanto de ganhos em processos judiciais.

5.11.2. Despesas Financeiras

No ano de 2007, essas despesas reduziram R\$ 28,6 milhões em relação a 2006, em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) queda de R\$ 11,1 milhões nos encargos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, devido à redução da TJLP, da SELIC e do CDI e à diminuição gradativa do endividamento pelas amortizações realizadas no exercício; (ii) crescimento de R\$ 33,5 milhões na receita de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida do resultado de operação de *hedge* cambial, em razão de maior desvalorização das moedas que compõem a dívida frente ao Real; e (iii) aumento de R\$ 17,5 milhões na variação monetária sobre dívidas, em função do aumento do IGP-M entre os anos comparados.

5.12. Resultado Não Operacional

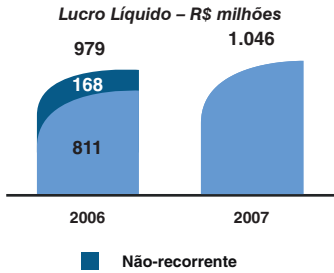
Aviação de R\$4,4 milhões entre os exercícios comparados decorre, substancialmente, da baixa de equipamentos em função de modernização efetuada em sistemas de algumas usinas da Companhia e dos efeitos decorrentes da alienação de 33,34% do Projeto Jacuí, em 2006.

5.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O aumento de R\$ 191,9 milhões no exercício de 2007 deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) incremento de R\$ 87,8 milhões em decorrência do crescimento do resultado antes dos tributos da Companhia; (ii) maior imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$ 12,6 milhões, em função de menor crédito de juros sobre o capital próprio no ano de 2007 em comparação com 2006; e (iii) reconhecimento de ganho fiscal extraordinário de R\$ 87,1 milhões, em 2006, devido aos efeitos da alienação de 33,34% do Projeto Jacuí.

5.14. Lucro Líquido

No exercício de 2007, o lucro líquido atingiu R\$ 1.045,6 milhões, 6,8% maior do que o ano anterior, que foi de R\$ 979,1 milhões, representando R\$ 1,60 por ação. Desconsiderando-se os eventos não-recorrentes ocorridos no ano de 2006, quais sejam os ganhos em ações judiciais e os efeitos decorrentes da alienação do Projeto Jacuí, o lucro líquido de 2007 seria 28,9% superior ao de 2006.



5.15. Distribuição de Dividendos

A Administração da Companhia aprovou a distribuição de R\$ 993,3 milhões em proventos, sendo R\$ 817,3 milhões na forma de dividendos e R\$ 176,0 milhões como juros sobre o capital próprio, o que representa uma proposta de pagamento de 95% do lucro líquido do exercício, equivalente a R\$ 1,5218031188 por ação.

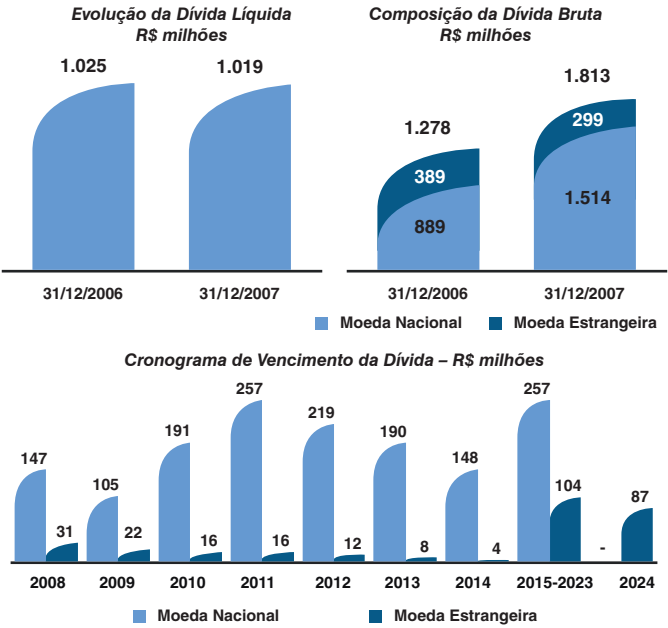
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a Companhia aprovou a intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei anteriormente mencionada. O valor dessas contribuições depende de vários fatores, tais como condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, condições macroeconômicas e estratégia de crescimento. Foi aprovada ainda a distribuição de dividendos em períodos semestrais.

5.16. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2007, a dívida líquida da Companhia (dívida total menos caixa e equivalentes e o resultado das operações de swap) era de R\$ 1.019,1 milhões, comparada a R\$ 1.025,2 milhões ao final de 2006.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R\$ 1.813,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, um incremento de 41,9% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2006. Do total da dívida no final do período, 16,5% eram em moeda estrangeira, dos quais 47,2% estavam protegidos da variação cambial das moedas frente ao Real, através de instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Companhia está relacionado à emissão de R\$ 350,0 milhões em debêntures, realizada no segundo trimestre de 2007, que teve uma demanda quatro vezes superior à oferta. Adicionalmente, em 2007, houve a contratação de empréstimo junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total de R\$ 570,2 milhões para fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador. O valor liberado até 31 de dezembro de 2007 foi de R\$ 392,7 milhões.



5.16.1. Emissão de Debêntures

Em 21 de maio de 2007, o Conselho de Administração autorizou a emissão do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, no valor de R\$ 1,5 bilhão, e a concomitante segunda emissão de debêntures da Companhia, já no âmbito do referido programa, no valor de R\$ 350,0 milhões, correspondente a 35 mil debêntures. O prazo de vigência é de 7 anos para as debêntures da 1ª Série e 5 anos para as debêntures da 2ª Série, contados a partir da data de emissão, com vencimento final em 15 de maio de 2014 e 15 de maio de 2012, respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão atualizadas pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes a, no máximo, 8,70% ao ano. As debêntures da 2ª Série não serão atualizadas e farão jus a uma remuneração semestral que contemplará juros remuneratórios correspondentes a, no máximo, 103,5% da taxa DI.

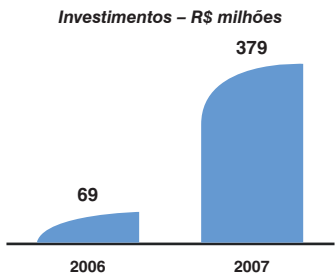
Os recursos provenientes da emissão foram destinados à aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia Energética São Salvador (CESS). Os principais adquirentes foram fundos de investimento e entidades de previdência privada.

6. INVESTIMENTOS

6.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

A partir do segundo trimestre de 2007, a Companhia passou a realizar investimentos na construção da Usina Hidrelétrica São Salvador, com recursos financiados pelo BNDES. Esses investimentos atingiram R\$ 305,1 milhões em 2007. Além disso, investimentos destinados aos projetos de manutenção e revitalização das usinas totalizaram R\$ 74,3 milhões, 7,7% superior ao realizado em 2006.

O total acumulado de investimentos em 2007 atingiu R\$ 379,4 milhões, valor significamente superior aos R\$ 69,0 milhões realizados em 2006, devido, principalmente, aos citados investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador.



6.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2007, o Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia investiu R\$ 16,2 milhões, segmentados conforme abaixo:

- o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, administrado pela FINEP/MCT, foram destinados R\$ 8,0 milhões;
- para custeio da Empresa de Planejamento Energético (EPE) do Ministério de Minas e Energia foram alocados R\$ 6,2 milhões; e
- em projetos específicos de pesquisa e desenvolvimento aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foram aplicados efetivamente R\$ 2,0 milhões, distribuídos em 22 projetos em andamento. Ainda em 2007, foi realizada a defesa perante a ANEEL de 25 novos projetos de P&D referentes ao ciclo 2006/2007, que é composto por outros 9 projetos plurianuais, todos em execução. Para investimentos nestes 34 projetos de P&D, já estão provisionados R\$ 8,3 milhões. Usualmente metade dos recursos é destinada a projetos na área de meio ambiente, e a outra metade no desenvolvimento de novas tecnologias e materiais aplicados aos processos de geração de energia elétrica bem como à prospecção de fontes alternativas de energia.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os esforços da Tractebel Energia em conduzir seus negócios em conformidade com as boas práticas de governança corporativa foram reconhecidos em 2007. A Companhia foi agraciada com o Troféu Transparência, concedido pela ANEFAC em parceria com o SERASA e a FIPECAFI, às empresas que divulgam o balanço patrimonial e demais relatórios contábeis da forma mais clara e precisa.

As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado, segmento da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) integrado por companhias que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais ao exigido pela legislação. Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros e a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis.

O Conselho de Administração é composto por nove membros efetivos, sendo dois conselheiros independentes e um representante dos empregados. A Diretoria Executiva possui seis membros eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. O Conselho Fiscal possui três membros, sendo um deles indicado pelos acionistas minoritários.

A Tractebel Energia apresenta uma estrutura formada por oito comitês, cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração. Em 2007, foi criado o Comitê de Sustentabilidade, cujo objetivo é gerir projetos e ações relacionados à responsabilidade corporativa social e ambiental.

7.1. Direitos dos Acionistas

Cada ação ordinária da Companhia confere ao seu detentor um voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária, e o direito de receber dividendos; de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle. Além disso, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

7.2. Política de Divulgação de Informações

Revisada em 2007, a Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Bovespa. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações de resultados trimestrais, os fatos relevantes, os press releases, os relatórios anuais, os documentos arquivados na CVM, suas políticas e práticas e outras informações institucionais estão disponíveis em seu site de Relações com Investidores.

7.3. Código de Ética e Regimento Interno do Conselho de Administração

Em 2007, a Tractebel Energia aprimorou seu Código de Ética, que explicita as normas de conduta no relacionamento com as partes interessadas – empregados, clientes, fornecedores, acionistas, comunidades e Governo. O documento está alinhado aos valores e princípios do controlador, o Grupo SUEZ.

Além disso, a Tractebel Energia elaborou e implantou, com base em documento similar

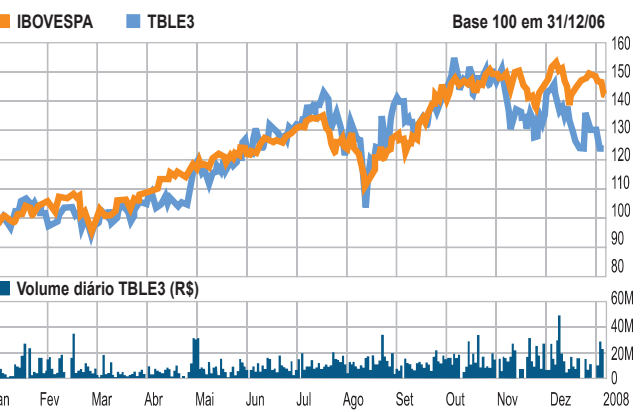
utilizado por seu controlador, o regimento interno de seu Conselho de Administração.

8. MERCADO DE CAPITALIS

As ações da Tractebel Energia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bovespa sob o código TBLE3. Integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e, pelo terceiro ano consecutivo, foram selecionadas para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY.

Em um ano em que o Ibovespa, índice que representa o desempenho dos 57 papéis de maior liquidez, valorizou 43,7% e que o Índice de Energia Elétrica da Bovespa (IEE), que congrega as ações do setor elétrico, apreciou 23,7%, as ações da Tractebel Energia, negociadas em 100% dos pregões da Bovespa, tiveram uma valorização de 23,1%. O volume médio diário negociado atingiu R\$ 15,6 milhões, 90,0% acima da média de 2006. No final do exercício, os papéis estavam cotados a R\$ 21,30/ação.

As ações apresentaram aumento na liquidez, devido, principalmente, à contratação, em 2007, de um formador de mercado, cujo contrato vai até setembro de 2008.



8.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores (telefone: 48 3221-7221) é responsável pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, através do programa Por Dentro das Usinas. Mantém contato com investidores e analistas de mercado através desses eventos, reuniões diretas, contatos telefônicos e por meio do site de Relações com Investidores da Tractebel Energia.

9. RECURSOS HUMANOS

A política de Recursos Humanos da Tractebel Energia tem como base a valorização do ser humano e está estruturada de forma a sustentar a estratégia de negócio da Companhia. Para isso investe continuamente no desenvolvimento de programas que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

Um dos instrumentos utilizados é a Pesquisa de Clima Organizacional, realizada a cada dois anos, com o objetivo de estreitar a relação de confiança entre a Companhia e os seus empregados. Em 2007, em pesquisa realizada pela Hay do Brasil, foi registrada uma melhoria no clima organizacional de 8 pontos percentuais, e 88% dos empregados consideraram a Tractebel Energia uma das melhores empresas para se trabalhar.

Outro aspecto que tem sido objeto de constante atenção da Companhia é o Programa de Sucessão, que abrange a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

A Tractebel Energia encerrou 2007 com 917 empregados. No período foram admitidos 46 novos empregados e desligados 34.

Os serviços oferecidos pela Companhia demandam mão-de-obra especializada, exigindo um quadro de profissionais altamente qualificados: 36% têm formação universitária e 38% o segundo grau técnico.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui temas como reajuste salarial, planos de previdência, benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação.

9.1. Saúde e Segurança

Em 2007, a Companhia passou a incluir em suas estatísticas de saúde e segurança do trabalho os empregados de empresas de serviços terceirizados, e desenvolveu diversas ações de conscientização sobre a importância de se ter um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Como resultado, em 2007 não houve acidentes de trabalho fatais em suas instalações. A taxa de frequência foi de 1,86 e a taxa de gravidade de 0,07 para um total de 4.836.731 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e por empregados de empresas de serviços terceirizados.

No exercício de 2007 foram efetuadas também as adequações previstas nas Normas Regulamentadoras NR 10 e NR 33, do Ministério do Trabalho e Emprego, voltadas à segurança dos trabalhadores que lidam com instalações elétricas e com espaço confinado.

Anualmente um *check-up* médico é realizado por todos os empregados. Além disso, todos possuem um Plano Individual de Saúde, que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames de cada empregado.

9.2. Benefícios

A Tractebel Energia oferece aos empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica.

Oferece também seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença maternidade e paternidade, auxílio creche e alimentação, previdência privada e auxílio no atendimento a portadores de necessidades especiais.

O Plano de Previdência Privada da Companhia, administrado pela PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, tem a participação de 94,3% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida. Em 2007, a Companhia repassou R\$ 8,8 milhões para este plano, e mais R\$ 1,0 milhão para o custeio de despesas administrativas daquela sociedade.

Ainda em 2007, a Tractebel Energia assinou um termo de adesão com a Fundação Eletrol de Previdência e Assistência Social (ELOS), com o objetivo de voltar a patrocinar, nesta instituição, parte dos ex-empregados aposentados que são de sua responsabilidade e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar. Com esta decisão, a Tractebel Energia atendeu aos anseios de mais de 2.200 participantes.

9.3. Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia possui programa de treinamento e desenvolvimento, além de oferecer auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2007, a média de treinamento por empregado foi de 80,5 horas/homem, 16,7% superior ao registrado no ano de 2006, que totalizou 69 horas/homem.

9.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A política de remuneração da Companhia está alinhada às práticas de mercado e é monitorada por meio de pesquisas salariais.

Em 2007, foram distribuídos aos empregados R\$ 12,2 milhões como participação nos lucros do exercício anterior. A distribuição foi proporcional à remuneração e levou em consideração o desempenho individual e as metas alcançadas.

10. RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Promover rentabilidade e o desenvolvimento sustentável de longo prazo é um desafio constante. Para conciliar crescimento econômico com desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, a Companhia segue três princípios fundamentais:

- prover soluções sustentáveis sob os pontos de vista econômico, social e ambiental;
- controlar os impactos dos empreendimentos; e
- criar valor para os acionistas e a sociedade.

O plano de gestão ambiental da Companhia segue as premissas detalhadas no seu Código de Meio Ambiente, disponível em seu site (www.tractebelenergia.com.br). O documento prevê o controle permanente da emissão, deposição e aproveitamento de resíduos, a preservação dos recursos naturais e a recuperação de áreas ou ecossistemas degradados.

Além de cumprir em condicionantes estabelecidas pelas licenças ambientais e a legislação vigente, todas as usinas da Tractebel Energia são abrangidas pelo Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, certificado conforme os requisitos da NBR ISO 9001 e da NBR ISO 14001.

Uma de suas usinas, a Unidade de Co-geração Lages, está oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CONUAC), caracterizada pela realização de uma atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto. A termelétrica está, portanto, habilitada a gerar créditos de carbono para comercialização pela Lages Bioenergética. Em 2007, Lages fechou contrato de venda de 750.000 toneladas de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), volume que representa 40% do total de RCEs a serem emitidas, e que deverá ser entregue ao Prototype Carbon Fund (PCF) em parcelas anuais até 2013.

A Tractebel Energia possui três programas de atuação em questões sociais e culturais:

- Programa Tractebel Energia de Responsabilidade Social, com foco na melhoria na qualidade de vida de crianças de comunidades carentes, na área de atuação da Companhia. Em 2007, foram aplicados mais de R\$ 2,2 milhões;
- Programa Tractebel Energia de Melhoria Ambiental, com foco na educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento nos locais onde a Companhia possui empreendimentos. Em 2007, destacamos o plantio de mais de 290 mil árvores nativas em áreas da Companhia ou adjacentes; e
- Programa Tractebel Energia de Desenvolvimento Cultural, com foco no desenvolvimento cultural das

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado		
		Nota	2007	2006	2007	2006
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
			6.694	7.454	25.170	23.593
			Numerário disponível			
	4	565.061	186.352	768.921	233.247	
		-	21.643	-	21.643	
			Recursos vinculados a pagamento de obrigações			
	5	323.171	314.663	349.906	358.002	
		91.006	103.021	-	-	
			Dividendos a receber de controladas			
	6	8.285	23.623	11.169	26.707	
		49.289	22.719	50.068	23.623	
			Almoxarifado			
		18.375	51.511	19.785	53.947	
	7	12.091	19.683	12.160	21.351	
		26.906	20.666	27.172	29.939	
			Outros			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.100.878	771.335	1.264.351	792.052	
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
			4.548	16.063	4.548	16.063
	5		Concessionárias e permissionárias			
	6	21.208	10.342	24.183	13.124	
		-	Tributos e contribuições sociais a compensar			
		-	Cauções e depósitos vinculados	32.330	29.422	
	19	126.357	111.204	150.679	131.331	
			Depósitos judiciais			
	9	81.315	68.565	81.315	68.565	
			Alienação de bens e direitos			
	7	201.371	187.282	204.015	188.489	
		2.476	2.216	2.476	2.216	
		437.275	395.672	499.546	449.210	
			Outros			
Permanente						
	10	1.156.481	843.659	113.407	36.873	
			Investimentos			
	11	2.725.218	2.836.435	4.612.826	4.148.898	
		2.185	1.256	75.492	77.310	
	12		Intangível			
		-	-	32.468	34.766	
		3.883.884	3.681.350	4.834.193	4.297.847	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.321.159	4.077.022	5.333.739	4.747.057	
TOTAL						
		5.422.037	4.848.357	6.598.090	5.539.109	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
		(Reclassificado)		(Reclassificado)	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		343.794	324.491	929.246	693.848
Suprimento de energia elétrica		2.543.455	2.276.942	2.421.532	2.291.922
Outras receitas		19.719	17.756	13.938	19.338
		2.906.968	2.619.189	3.364.716	3.005.108
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e COFINS		(149.365)	(133.584)	(199.336)	(178.010)
ICMS		(61.103)	(52.598)	(95.260)	(92.887)
ISS		(377)	(361)	(377)	(361)
Pesquisa e desenvolvimento		(22.563)	(24.661)	(26.316)	(28.318)
		(233.408)	(211.204)	(321.289)	(299.576)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.673.560	2.407.985	3.043.427	2.705.532
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(394.651)	(391.995)	(267.652)	(287.404)
Transações no âmbito da CCEE		(177.412)	(270.281)	(181.709)	(281.313)
Custo de produção de energia elétrica	25	(526.372)	(432.819)	(609.629)	(502.421)
Custo dos serviços prestados	25	(10.830)	(10.254)	(10.830)	(10.254)
		(1.109.265)	(1.105.349)	(1.069.820)	(1.081.392)
LUCRO BRUTO		1.564.295	1.302.636	1.973.607	1.624.140
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(179.038)	(169.719)	(216.757)	(210.149)
Despesas gerais e administrativas	25	(113.716)	(111.933)	(130.121)	(133.300)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	26	(258)	11.895	(2.229)	11.453
Ganhos em ações judiciais	27	3.700	93.350	3.700	94.502
		(289.312)	(176.407)	(345.407)	(237.494)
Resultado do serviço		1.274.983	1.126.229	1.628.200	1.386.646
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	185.838	120.284	-	300
Amortização de ágio	10	(6.747)	(6.746)	(6.747)	(6.746)
		179.091	113.538	(6.747)	(6.446)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	82.025	92.761	100.602	107.666
Despesas financeiras	28	(144.527)	(169.323)	(235.255)	(263.874)
		(62.502)	(76.562)	(134.653)	(156.208)
RESULTADO OPERACIONAL		1.391.572	1.163.205	1.486.800	1.223.992
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.507)	2.776	(1.462)	2.985
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		1.390.065	1.165.981	1.485.338	1.226.977
Imposto de renda	8	(251.664)	(111.663)	(321.552)	(156.297)
Contribuição social	8	(92.774)	(75.172)	(118.159)	(91.534)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.045.627	979.146	1.045.627	979.146
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO EM R\$		1,60	1,50	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CONTROLADORA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2005	2.445.766	91.695	148.500	-	2.685.961
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	29.653	29.653
Lucro líquido do exercício	-	-	-	979.146	979.146
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	48.957	(48.957)	-
- reserva de retenção de lucros	-	-	29.653	(29.653)	-
- dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
ON – R\$ 1.4250471146 por ação	-	-	-	(930.189)	(930.189)
SALDOS EM 31/12/2006	2.445.766	91.695	227.110	-	2.764.571
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.045.627	1.045.627
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	52.282	(52.282)	-
- dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
ON – R\$ 1.5218031188 por ação	-	-	-	(993.345)	(993.345)
SALDOS EM 31/12/2007	2.445.766	91.695	279.392	-	2.816.853

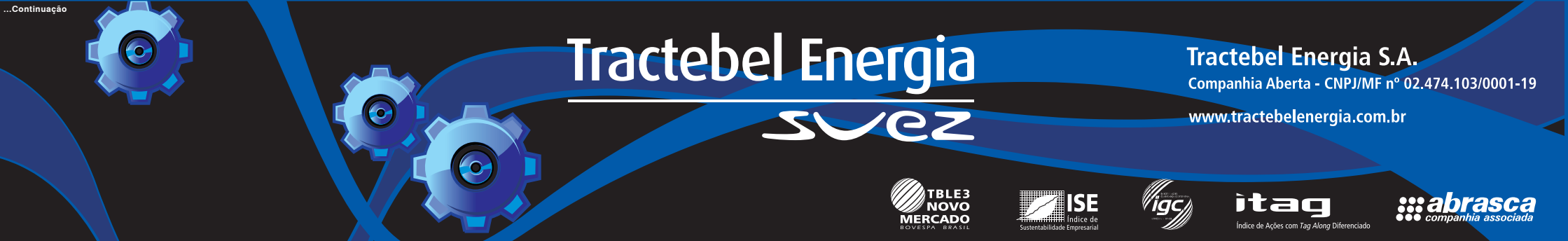
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação Suplementar)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146	1.045.627	979.146
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	176.521	159.004	229.119	208.364
Resultado de equivalência patrimonial	(185.838)	(120.284)	-	-
Amortização de ágio	6.747	6.746	6.747	6.746
Variação monetária e cambial, líquida	(33.137)	(12.711)	(16.320)	(1.938)
Juros líquidos	38.270	41.214	54.981	57.397
Constituição (reversão) de provisão operacional, líquida	4.781	(11.202)	6.758	(11.006)
Aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento	-	31.364	-	35.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.497)	45.736	(6.334)	49.469
Outros	236	6.592	(1.465)	6.669
	1.046.710	1.125.605	1.319.113	1.329.923
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	21.643	(21.643)	21.643	(21.643)
Consumidores e concessionárias	3.007	14.155	19.612	(11.371)
Tributos e contribuições sociais a compensar	5.795	(12.948)	5.861	(10.412)
Almoxarifado	(26.570)	(204)	(26.445)	(111)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	32.849	(62.714)	33.061	(76.303)
Alienagens de bens e direitos	(651)	3.703	9.333	3.273
Despesas antecipadas	(2.230)	7.424	(2.243)	7.700
Outros	(2.688)	4.080	(2.975)	3.568
	31.255	(68.147)	57.847	(105.299)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(6.216)	87.529	36.400	107.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.373	(898)	14.352	2.731
Tributos e contribuições sociais	243.718	(12.214)	303.993	(11.157)
Obrigações estimadas	6.288	3.738	6.295	3.732
Provisão para contingências	(5.615)	(11.852)	(6.806)	(11.983)
Benefícios pós-emprego	(29.334)	(30.374)	(29.334)	(30.374)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	7.456	-	11.399	-
Outros	3.318	2.767	3.548	1.001
	233.988	38.696	339.847	61.888
Recursos provenientes das atividades operacionais	1.311.953	1.096.154	1.716.807	1.286.512
Atividades de investimento				
Aplicação no imobilizado	(67.586)	(64.347)	(372.199)	(69.040)
Aplicação no intangível e diferido	(1.428)	(299)	(5.346)	(303)
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades de controlada adquirida	(351.771)	(2.025)	(327.001)	-
Dividendos recebidos de controladas	231.958	134.860	-	-
Recursos (utilizados nas) recebidos das atividades de investimentos	(188.827)	68.189	(704.546)	(69.343)
Atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures	353.423	-	693.363	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(132.268)	(177.169)	(202.041)	(243.541)
Liquidações de operações com swaps	(26.077)	(59.096)	(26.077)	(87.034)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(940.255)	(938.891)	(940.255)	(938.891)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	(745.177)	(1,175.156)	(475.010)	(1,269.466)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	377.949	(10.813)	537.251	(52.297)
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	193.806	204.619	256.840	309.137
	571.755	193.806	794.091	256.840
	377.949	(10.813)	537.251	(52.297)
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	73.191	90.410	114.892	137.682
Imposto de renda e contribuição social	102.500	92.093	154.470	150.147
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	16.974	65.555	21.638	67.188
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	545.279	492.189	545.279	492.189
Dividendos propostos a receber de controladas	91.006	103.021	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	29.653	-	29.953

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Nota	2007	2006	2007	2006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	229.708	235.924	273.911	239.319
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	532.997	478.043	532.997	478.043
Empréstimos e financiamentos	15	71.255	256.152	121.024	306.079
Debêntures	16	32.138	15.004	56.560	37.834
Tributos e contribuições sociais	17	271.724	33.747	341.396	45.870
Obrigações estimadas	32	32.713	28.542	33.073	28.650
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	18	38.820	31.364	46.574	35.135
Provisão para contingências	19	10.134	11.000	10.336	11.206
Benefícios pós-emprego	21	18.450	20.369	18.450	20.369
Outros		37.793	40.107	45.475	44.307
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.275.732	1.150.252	1.479.796	1.246.812



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Société Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França. Em março de 2007, a Companhia adquiriu, por R\$ 28.793, o equivalente a 2,62% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. – MAESA, a qual é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que explora, através de consórcio, a usina hidrelétrica Machadinho. A capacidade instalada da Tractebel Energia, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá, Cana Brava, Machadinho e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.881 MW, dos quais 79,37% em usinas hidrelétricas e 20,63% em termelétricas, constituída pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC). A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato para compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. – ITASA, é de 5.918 MW. As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 11 - d. A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual possui autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC), e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda., empresa que comercializa energia no mercado livre de negociação. Em junho de 2007, a Companhia adquiriu, da sua controladora Suez Energy South America Participações Ltda., o controle acionário da Companhia Energética São Salvador – CESS, correspondente a 99,99% das ações representativas do capital social, pelo valor de R\$ 304.000. A CESS é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE constituída para construir e operar a Usina Hidrelétrica São Salvador. A Companhia também adquiriu, através da controlada integral Delta Energética, em novembro de 2007, o controle acionário da Seival Participações S.A., correspondente a 100% das ações ordinárias representativas do capital social, pelo valor de R\$ 23.813. A Seival Participações S.A. detém 99,99% das quotas do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., constituída como uma Sociedade de Propósito Específico – SPE para implantar e explorar uma central geradora termelétrica a vapor, utilizando como combustível carvão mineral. As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 10 - b. A Tractebel Energia, através de Fato Relevante divulgado em 13/12/2007, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada integral Energia América do Sul Ltda., adquiriu o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A., pelo valor total de R\$ 592.000, o qual será pago desde que satisfaça determinadas condições constantes do contrato de compra e venda de ações celebrado naquela data, dentre elas, a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a aprovação do BNDES. A Ponte de Pedra Energética S.A. detém a concessão da usina hidrelétrica Ponte de Pedra, com capacidade instalada de 176,1 MW e energia assegurada de 131,6 MW médios, localizada no Rio Correntes, no Estado de Mato Grosso, em operação comercial desde setembro de 2005. A referida aquisição pela Energia América do Sul Ltda., constitui para a Tractebel Energia investimento relevante, e se enquadra nas disposições do artigo 256 da Lei nº 6.404/76, razão pela qual será submetida à ratificação de acionistas em assembleia geral. A aquisição da usina Ponte de Pedra representa mais um passo da Tractebel Energia em sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente. Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A receita de fornecimento de energia, a partir de janeiro de 2007, passou a ser registrada líquida do ICMS recolhido por substituição tributária incidente sobre operações de vendas interestaduais. Até 31 de dezembro de 2006, este imposto vinha sendo apresentado no grupo “Deduções à receita operacional”. De modo a facilitar a análise comparativa entre os períodos apresentados, a receita operacional bruta e as deduções à receita bruta relativas ao exercício de 2006, passaram, respectivamente, de R\$ 2.636.577 e R\$ 230.592 para R\$ 2.619.189 e R\$ 211.204, na controladora, e de R\$ 3.060.737 e R\$ 355.205 para R\$ 3.005.108 e R\$ 299.576, no consolidado.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Aplicações financeiras:** são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão.
- b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.
- c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido):** são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem.
- d) Almoarifado:** estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.
- e) Ativos indexados:** são atualizados até a data do balanço.
- f) Investimentos:** os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado.
- g) Imobilizado:** é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 11 - a. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31/12/1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculados às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.
- h) Empréstimos, financiamentos e debêntures:** são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 15 e Nota 16). Os encargos decorrentes de ambos são apropriados até a data do balanço.
- i) Demais obrigações:** são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
- j) Provisão para contingências:** são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.
- k) Benefícios pós-emprego:** são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 21).
- l) Resultado do exercício:** as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.
- m) Reconhecimento dos efeitos inflacionários:** estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26/12/1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31/12/1995.
- n) Uso de estimativas:** a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.
- o) Ajuste a valor presente:** os ativos e passivos não circulantes contratados a preços futuros são ajustados a valor presente, com a taxa de desconto de 10% a.a., usualmente praticada no setor elétrico.
- p) Demonstrações contábeis consolidadas: são eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.** Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10 - b). Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados (*)				
Nota do Tesouro Nacional - NTN - B	424.512	-	535.435	-
Debêntures	30.092	-	37.955	-
Letra do Tesouro Nacional - LTN	241	153.637	303	153.637
	454.845	153.637	573.693	153.637
Certificado de Depósito Bancário - CDB	20.473	32.715	25.823	32.715
Letra do Tesouro Nacional - LTN	40.410	-	50.969	-
Letra Financeira do Tesouro - LFT	49.333	-	62.224	-
	565.061	186.352	712.709	186.352
Instituições Financeiras (*)				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	14.988	-	31.657	16.518
Notas do Tesouro Nacional - NTN - D	-	-	3.634	4.508
Operações Compromissadas com Títulos Privados e Públicos Federais (*)				
Debêntures	-	-	20.921	22.165
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	-	3.704
	-	-	56.212	46.895
	565.061	186.352	768.921	233.247
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	1.777	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(1.777)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	565.061	186.352	768.921	233.247

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de irrelevantes despesas gerais e administrativas. Na carteira do fundo, em 31/12/2007, estão registradas operações no mercado futuro de taxa de juros (DI Futuro BMF), que tem por objetivo transformar alocações pré-fixadas em alocações indexadas ao CDI. Os resultados dessas operações são compensados com os apresentados na carteira de títulos acima mencionada. O saldo consolidado dessas transações em 31/12/2007 é de R\$ 38.678. Estas operações têm os seguintes valores, datas de vencimento e características:

	Valor	Vencimento	Carteira protegida	Vencimento
DI Futuro	14.988	02/01/2008	LTN	01/01/2009
DI Futuro	23.690	01/07/2008	LTN	01/01/2008
	38.678			

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia e a controlada CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

(*) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão listadas em títulos públicos federais e em títulos privados. (**) Banco do Brasil, Banco Safra, Banco Santander, Banco Votorantim, Banco Itai, ABN Amro Real, UNIBANCO, HSBC e Tesouro Nacional.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				Consolidado			
	2007		2006		2007		2006	
	Vincendos	Vencidos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total	Total
Circulante								
Concessionárias	192.569	-	-	192.569	181.914	-	-	
Comercializadoras	82.232	-	-	82.232	75.307	-	-	
Consumidores livres	26.561	1.816	6	28.383	29.324	-	-	
Exportação	-	-	740	740	740	-	-	
Transações no âmbito da CCEE/MAE								
- Correntes	6.185	127	-	6.312	-	-	-	
- Parcelamentos	11.350	-	-	11.350	19.537	-	-	
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	1.373	212	-	1.585	7.841	-	-	
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	109.873	-	11.947	121.820	121.820	-	-	
	128.781	339	11.947	141.067	149.198	-	-	
	430.143	2.155	12.693	444.991	436.483	-	-	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.873)	-	(11.947)	(121.820)	(121.820)	-	-	
	320.270	2.155	746	323.171	314.663	-	-	
Não circulante								
Transações no âmbito da CCEE/MAE								
- Parcelamentos	3.658	-	-	3.658	13.820	-	-	
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	890	-	-	890	2.243	-	-	
	4.548	-	-	4.548	16.063	-	-	
	Consolidado				2006			
	2007		2006		2007		2006	
	Vincendos	Vencidos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total	Total
Circulante								
Concessionárias	195.483	-	-	195.483	184.662	-	-	
Comercializadoras	42.999	-	-	42.999	75.136	-	-	
Consumidores livres	84.203	4.143	6	88.352	67.838	-	-	
Exportação	-	-	740	740	740	-	-	
Transações no âmbito da CCEE/MAE								
- Correntes	7.392	137	-	7.529	380	-	-	
- Parcelamentos	11.350	-	-	11.350	19.537	-	-	
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	1.373	212	-	1.585	7.841	-	-	
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442	-	-	
	330.613	349	13.944	344.906	344.906	-	-	
	453.298	4.492	14.690	472.480	480.576	-	-	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)	-	-	
	342.800	4.492	2.614	349.906	358.002	-	-	
Não circulante								
Transações no âmbito da CCEE/MAE								
- Parcelamentos	3.658	-	-	3.658	13.820	-	-	
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	890	-	-	890	2.243	-	-	
	4.548	-	-	4.548	16.063	-	-	

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do Mercado Acionista de Energia Elétrica - MAE (atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30/12/2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores vencidos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ICMS	42.764	44.375	44.894	45.857
Imposto de renda	-	9.021	681	10.369
Contribuição social	-	2.945	-	3.199
COFINS	2.256	1.139	2.316	1.139
PIS	490	249	503	249
INSS	2.913	2.245	2.913	2.245
	48.423	64.974	51.307	68.058
	(40.138)	(41.351)	(40.138)	(41.351)
	8.285	23.623	11.169	26.707

(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS

NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
ICMS	3.934	3.110	6.897
COFINS	8.762	5.943	8.772
PIS	1.902	1.289	1.904
INSS	6.610	-	6.610
	21.208	10.342	24.189
			13.124

A provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS é decorrente do imposto incidente sobre a aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, e foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total de tais créditos, tendo em vista que a venda de energia elétrica naquele Estado ocorria com diferimento de ICMS.

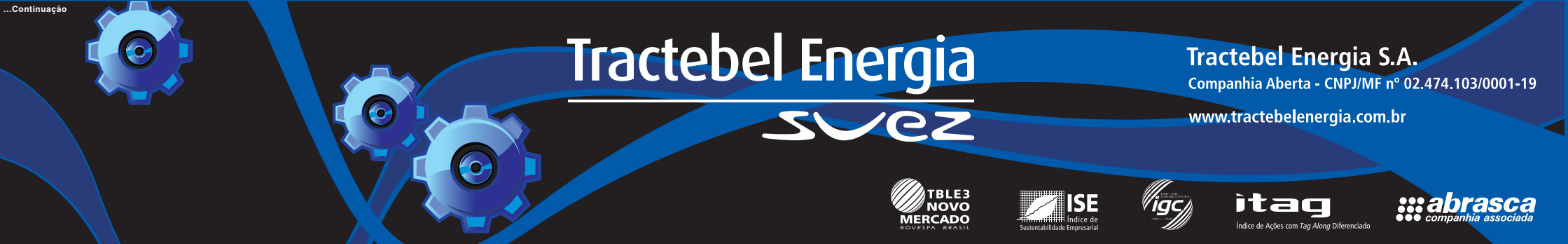
7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora		2006	
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Natureza dos créditos				
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	146.550	36.637	-	36.637
Benefícios pós-emprego	190.812	47.703	17.173	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.820	30.455	10.964	41.419
Provisão para contingências	106.505	26.626	9.586	36.212
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	25.190	6.298	2.267	8.565
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	5.091	1.273	458	1.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	20.181	5.045	1.816	6.861
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	6.416	1.604	578	2.182
Outros	4.787	1.197	431	1.628
	168.655	46.807	213.462	206.965

Classificação do ativo fiscal diferido:				
Circulante	9.860	2.231	12.091	19.883
Não circulante	158.795	44.576	201.371	187.282
	168.655	46.807	213.462	206.965

	Controladora		2006	
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Natureza dos créditos				
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	146.550	36.637	-	36.637
Benefícios pós-emprego	190.812	47.703	17.173	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675
Provisão para contingências	110.257	27.564	9.924	37.488
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	25.190	6.298	2.267	8.565
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	5.091	1.273	458	1.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	20.181	5.045	1.816	6.861
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	6.416	1.604	578	2.182
Outros	4.787	1.197	431	1.628
	168.650	47.525	216.175	209.840

Classificação do ativo fiscal diferido:				
Circulante	9.911	2.249	12.160	21.351
Não circulante	158.739	45.276	204.015	188.489
	168.650	47.525	216.175	209.840



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(em milhares de reais)

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Empresas	2007				2006			
	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido		
Itá Energética S.A. – ITASA	253.607	48,75	29.617	583.424	28.380	567.580		
Companhia Energética Meridional - CEM	344.528	99,99	99.436	443.744	88.217	480.558		
Companhia Energética São Salvador - CESS	268.943	99,99	-	268.943	-	-		
Lages Bioenergética Ltda.	30.530	99,99	7.929	40.345	15.929	32.416		
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	99,99	64.066	4.200	2.031	17.113		
Delta Energética S.A.	20.960	99,99	(31)	20.898	(28)	3		
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	50	99,99	-	50	-	-		

Movimentação dos investimentos
Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31/12/2006	Constituição/ Aquisição Empresa	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2007
ITASA	276.695	-	-	14.438	(6.714)	284.419
CEM	480.558	-	-	99.436	(136.250)	443.744
CESS	-	268.943	-	-	-	268.943
Lages Bioenergética	32.416	-	-	7.929	-	40.345
Tractebel Energia Comercializadora	17.113	-	-	64.066	(76.979)	4.200
Delta Energética	4	-	20.925	(31)	-	20.898
Lagoa Formosa	-	50	-	-	-	50
Outras	-	3	-	-	-	3
	906.786	268.996	20.925	185.838	(219.949)	1.062.602

Ágio Empresas	Saldos em 31/12/2006	Aquisição Empresa	Amortização	Saldos em 31/12/2007
ITASA	8.010	-	(2.289)	5.721
CEM	26.747	-	(4.458)	22.289
CESS	-	35.057	-	35.057
Controladora	34.757	35.057	(6.747)	63.067
Delta Energética	-	-	-	-
Seival Participações	-	-	-	-
Consolidado	34.757	34.757	(6.747)	82.595

Informações sobre as controladas

Itá Energética S.A. – ITASA (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28/12/1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão de 35 anos.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados, nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	2007	2006
Ativo circulante	69.220	74.786
Ativo não circulante	-	-
Realizável a longo prazo	4.177	3.743
Permanente	976.714	1.022.962
	980.891	1.026.705
	1.050.111	1.101.491

TOTAL DO ATIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante	115.277	109.534
Passivo não circulante	-	-
Exigível a longo prazo	351.410	424.377
Patrimônio líquido	583.424	567.580
	1.050.111	1.101.491

RESULTADO

Receitas operacionais brutas	220.442	219.049
Deduções da receita operacional	(22.314)	(22.280)
	198.128	196.769
Receitas líquidas de vendas	(58.934)	(45.447)
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	139.194	151.322
LUCRO BRUTO	44.532	(49.452)
DESPESAS OPERACIONAIS	93	432
Despesas com vendas	(24.296)	(29.926)
Despesas gerais e administrativas	(20.236)	(19.526)
	46.028	21.176
	2.670.671	2.670.671

Despesas com vendas	(24.296)	(29.926)
Despesas gerais e administrativas	(20.236)	(19.526)
	44.532	(49.452)
	93	432
	44.749	42.868
	(15.132)	(14.488)
	29.617	28.380

Despesa financeira, líquidas

RESULTADO OPERACIONAL

RESULTADO NÃO OPERACIONAL

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS

Imposto de renda e contribuição social

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Companhia Energética Meridional – CEM (controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27/08/1998.

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

Companhia Energética São Salvador – CESS (controlada)

Em 2007, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da CESS, detidas pela sua controladora SUEZ Energy South America Participações Ltda.

A CESS é titular da concessão do aproveitamento hidrelétrico São Salvador, que possui 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada. Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

O preço pago pela Companhia foi de R\$ 304.004 à vista, valor esse que deverá ser acrescido de R\$ 18.000, caso ocorra a concatenação entre a data do início dos pagamentos relativos ao Uso do Bem Público - UBP e o início do fornecimento de energia elétrica, originalmente previsto para 2011 nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica - CCEARs.

O ágio pago na aquisição do controle acionário foi de R\$ 35.057 e será adicionado de R\$ 18.000 caso seja concretizada a condição acima mencionada.

O referido ágio tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e será amortizado a partir do início da operação comercial, previsto para 2009. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

Foi outorgada a concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o valor original de R\$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, datado de 18/07/2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.

Ainda conforme o referido aditivo, este valor foi atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M até a data do aditivo contratual, em 18/07/2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Os valores contratuais atualizados são os seguintes:

	2007	2006
Valor anual	33.009	30.164
Parcelas mensais (1/12)	2.751	2.514
Valor nominal total	935.264	904.909
Valor presente total	286.317	278.000

O valor presente total foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01/01/2009 a 23/04/2037.

Lages Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30/10/2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo - MDL da ONU por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (controlada)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S.A. (controlada)

Em 2007, a controlada adquiriu a totalidade das ações de emissão da Seival Participações S.A. A Seival é uma holding de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

A aquisição da Seival Participações acrescenta ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai a partir de 2012, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota - RS, com potência instalada de até 540 MW.

O preço da aquisição foi de R\$ 23.813, dos quais foram pagos, até 31/12/2007, R\$ 20.813, remanesecendo o saldo de R\$ 3.000 que será quitado de acordo com o cumprimento das condições estabelecidas contratualmente.

O ágio apurado na aquisição do controle acionário foi de R\$ 19.528, o qual foi determinado com base em análise econômico-financeira e avaliação dos benefícios que a aquisição do projeto proporcionará à Companhia, e será amortizado a partir do início da operação comercial.

Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lagoa Formosa Bioenergética Ltda., Sociedade de Propósito Específico - SPE, controlada integral da Tractebel Energia, foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dediní Açúcar e Alcool Ltda., pertencente ao Grupo Dediní Agro.

Em setembro de 2007, a Dediní foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, terá direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dediní.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. – MAESA

Em março de 2007, a Companhia adquiriu por R\$ 28.793, representando 2,82% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. – MAESA. A MAESA é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE que explora, através de consórcio, a usina hidrelétrica Machadinho. O Consórcio Machadinho é composto pela MAESA e pela Tractebel Energia, com participações de 83,06% e 16,94%, respectivamente. Em consequência desta aquisição, a Tractebel Energia aumentou a sua participação total na concessão e no consórcio em 2,34%, passando para 19,28%.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

Empresas	2007				2006			
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortizada acumulada	Valor líquido	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortizada acumulada	Valor líquido
Imobilizações em serviço								
Geração hidráulica								
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(505.695)	135.231	2,5	640.926	(505.695)	135.231
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(236.477)	75.201	2,7	311.678	(236.477)	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(91.566)	28.186	2,4	119.752	(91.566)	28.186
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(25.735)	154.336	3,2	180.071	(25.735)	154.336
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.790	(221.061)	1.012.729	3,6	1.233.790	(221.061)	1.012.729
		2.486.217	(1.080.534)	1.405.683		2.486.217	(1.080.534)	1.405.683
Geração térmica								
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.504)	8.304	6,2	58.808	(50.504)	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.310)	979	3,6	8.289	(7.310)	979
UTE William Arjona	4,3	174.657	(75.314)	99.343	4,3	174.657	(75.314)	99.343
		2.727.010	(1.486.874)	1.240.136		2.727.010	(1.486.874)	1.240.136
Equipamentos gerais e outros	10,0	46.028	(21.176)	24.852	10,0	46.028	(21.176)	24.852
		5.259.255	(2.588.584)	2.670.671		5.259.255	(2.588.584)	2.670.671

Imobilizações em curso

Geração hidráulica

Geração térmica

Equipamentos gerais e outros

Imobilizações em curso	20.452	-	20.452	17.088
Geração hidráulica	41.375	-	41.375	31.778
Geração térmica	2.200	-	2.200	6.024
Equipamentos gerais e outros	64.027	-	64.027	54.890
Total das imobilizações	5.323.282	(2.588.584)	2.734.698	2.845.929
Obrigações especiais	(9.480)	-	(9.480)	(9.480)
	5.313.802	(2.588.584)	2.725.218	2.836.435

Imobilizações em serviço

Geração hidráulica				
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(505.695)	135.231
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(236.477)	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(91.566)	28.186
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(25.735)	154.336
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.790	(221.061)	1.012.729
UHE Cana Brava	3,0	874.550	(119.016)	755.534
		3.903.685	(1.294.488)	2.609.197

Geração térmica

Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.504)	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.310)	979
UTE William Arjona	4,3	174.657	(75.314)	99.343
Unidade de Cogeração Lages	4,3	74.148	(11.535)	62.613
		2.801.158	(1.498.409)	1.302.749
		46.194	(21.278)	24.916
		6.751.037	(2.814.175)	3.936.862

Equipamentos gerais e outros

Equipamentos gerais e outros	10,0			
		6.751.037	(2.814.175)	3.936.862

Imobilizações em curso

Geração hidráulica				
UHE São Salvador	615.577	-	615.577	-
Outras UHE (obras de adição)	24.861	-	24.861	22.499
Geração térmica	42.918	-	42.918	32.214
Equipamentos gerais e outros	2.213	-	2.213	6.024
	685.569	-	685.569	60.737

Total das imobilizações	7.436.606	(2.814.175)	4.622.431	4.158.517
Obrigações especiais	(9.605)	-	(9.605)	(9.619)
	7.427.001	(2.814.175)	4.612.826	4.148.898

Total das imobilizações	7.436.606	(2.814.175)	4.622.431	4.158.517
Obrigações especiais	(9.605)	-	(9.605)	(9.619)
	7.427.001	(2.814.175)	4.612.826	4.148.898

b) Mutação do ativo imobilizado

Em serviço	Controladora			Consolidado		
	Em curso	Total		Em curso	Em curso	Total
Ingressos	63.947	2.983.869	4.255.437	74.031	4.329.468	
Transferências	64.347	-	64.347	69.040	69.040	
Depreciação	(159.442)	(46.660)	(159.442)	(196.727)	-	(196.727)
Baixas	(16.101)	(26.744)	(42.845)	(16.520)	(26.744)	(42.846)
	2.791.039	54.890	2.845.929	4.097.780	60.737	4.158.517

Ingressos	-	-	-	-	615.577	615.577
UHE São Salvador	-	-	-	-	615.577	615.577
Demais usinas	-	67.586	67.586	-	71.401	71.401



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(em milhares de reais)

a) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	Moeda mil	2007 Reais	%	Moeda mil	2006 Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	109.411	193.800	46,52	128.392	274.502	45,73
Euro – EUR	40.404	105.397	25,31	40.386	113.899	18,97
		299.197	71,83		388.401	64,70
Moeda nacional						
IVRRJUR (baseado na UFIR)		101.272	24,31		182.286	30,36
Não indexado		16.088	3,85		29.662	4,94
		117.360	28,17		211.948	35,30
		416.557	100,00		600.349	100,00

	Consolidado					
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	109.411	193.800	17,75	128.392	274.502	29,96
Euro – EUR	40.404	105.397	9,66	40.386	113.899	12,43
		299.197	27,41		388.401	42,39
Moeda nacional						
IVRRJUR (baseado na UFIR)		101.272	9,28		182.286	19,89
TJLP		675.198	61,84		315.981	34,48
Não indexado		16.088	1,47		29.662	3,24
		792.558	72,59		527.929	57,61
		1.091.755	100,00		916.330	100,00

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

Moeda – indexador	2007		2006	
Dólar Americano – USD		(17,15)		(8,66)
Euro – EUR		(7,50)		1,85
TJLP		6,37		7,87
SELIC		11,88		15,08

e) Condições Contratadas

	Condições de Pagamento			
	Encargos	Vencimento	Encargos	Principal
Moeda Estrangeira				
Tractebel Energia				
Secretaria do Tesouro Nacional	Libor + 1,075% a.a.	Abr 2024	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
BNP Paribas (Floating Rate Note)	Euribor + 2,75% a.a. ^(a)	Nov 2015	Anual em Nov	Parcela única em Nov 2015
Deutsche Bank	Libor + 0,55% + IR s/ juros (10%)	Out 2009	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
ABN AMRO Bank	Libor + 2,5% a.a.	Mar 2008	Semestrais, em Mar e Set	Semestrais, em Mar e Set
Moeda Nacional				
Tractebel Energia				
Eletrobrás	12% a.a.	Abr 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
BNDES	Selic + 1% a.a.	Fev 2008	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Banco do Brasil	9,35% a.a.	Dez 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CEM				
BNDES	TJLP + 4% a.a. ^(a)	Abr 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
ITASA				
BNDES	TJLP + 4% a.a. ^(a)	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Agentes financiadores - BNDES ^(a)	TJLP + 3,85% a.a. ^(a)	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
LAGES				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. ^(a)	Ago 2012	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. ^(a)	Out 2023	Mensais, até o vencimento ^(a)	Mensais, até o vencimento ^(a)
Agentes financiadores - BNDES ^(a)	TJLP + 3,25% a.a. ^(a)	Out 2023	Mensais, até o vencimento ^(a)	Mensais, até o vencimento ^(a)

- ^(a) Repactuação do vencimento, postergado de novembro de 2007 para novembro de 2015 e do spread de 7% a.a. para 2,75% a.a.
- ^(b) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.
- ^(c) Os juros serão capitalizados trimestralmente até outubro de 2009, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, incorporando-se ao principal dos financiamentos. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até outubro de 2023.
- ^(d) UNIBANCO, BRADESCO, Banco Itaú, Banco Santander e Banco Votorantim.

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2009	31.725	30.974	62.699	21.725	84.624	106.349
2010	16.098	31.753	47.851	16.098	109.641	125.739
2011	16.098	14.325	30.423	16.098	92.213	108.311
2012	11.913	-	11.913	11.913	75.617	87.530
2013	7.728	-	7.728	7.728	54.368	62.096
2014	3.736	-	3.736	3.736	29.086	32.822
2015	104.343	-	104.343	29.086	133.429	162.515
De 2016 até 2022 (parcelas anuais de R\$ 29.086)	-	-	-	203.602	203.602	407.204
2023	-	-	-	-	24.244	24.244
2024	86.609	-	86.609	86.609	-	86.609
	268.250	77.052	345.302	268.250	702.481	970.731

g) Garantias

- g.1) Tractebel Energia S.A.**
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira
Secretaria do Tesouro Nacional - STN: (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R\$ 62.642, em 31/12/2007, que está apresentado em conta retilicadora do financiamento correspondente.
- ABN AMRO Bank: Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor correspondente ao do financiamento.
- Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

- Empréstimos e financiamentos em moeda nacional**
ELETROBRÁS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.
- BNDES: Cessão e transferência ao Banco do valor equivalente a 1,33% do seu faturamento mensal, a ser feita através de depósitos na Conta Arrecadadora e Conta Vinculada.
- Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito, no valor de R\$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) Caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

g.2) Itá Energética S.A. - ITASA

- BNDES e Agentes Financiadores: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES, substituída por fiança bancária, e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Companhia Energética Meridional - CEM

- BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: (a) Cessão de todas as receitas e demais valores recebidos decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava; (b) cessão do direito de receber todos e quaisquer valores que venham a ser exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos da Concessão, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da Concessão; (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a seis meses do serviço da dívida.

- g.4) Lages Bioenergética Ltda.**
BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a intervenção da Tractebel; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Indústria e Comércio Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

- g.5) Companhia Energética São Salvador - CESS**
BNDES e repasse BNDES - agentes financiadores: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida, acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

16 - DEBÊNTURES

a) Composição

	2007			2006		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão - 1ª Série	6.483	142.539	149.022	4.939	140.000	144.939
1ª Emissão - 2ª Série	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão - Série Única	404	357.763	358.167	-	-	-
Encargos	25.251	-	25.251	10.065	-	10.065
Total Controladora	32.138	560.302	592.440	15.004	200.000	215.004
CEM (Série Única)	10.807	63.667	74.474	9.789	74.204	83.993
ITASA (1ª e 2ª Séries)	10.185	40.950	51.135	8.190	49.140	57.330
Encargos	3.430	-	3.430	4.851	-	4.851
Total Consolidado	56.560	664.919	721.479	37.834	323.344	361.178

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2005	10.286	198.348	208.634	31.090	338.196	369.286
Transferências	4.938	(4.938)	-	-	(22.868)	-
Encargos gerados	20.928	-	20.928	35.990	1.426	37.416
Variações monetárias	-	6.590	6.590	2.359	6.590	8.949
Amortizações	(21.148)	-	(21.148)	(54.473)	-	(54.473)
Saldo em 31/12/2006	15.004	200.000	215.004	37.834	323.344	361.178
Ingressos	353.423	-	353.423	353.423	-	353.423
Transferências	9.167	(9.167)	-	28.150	(28.150)	-
Encargos gerados	33.487	-	33.487	46.930	256	47.186
Variações monetárias	2.012	16.046	18.058	6.057	16.046	22.103
Amortizações	(27.532)	-	(27.532)	(62.411)	-	(62.411)
Saldo em 31/12/2007	32.138	560.302	592.440	56.560	664.919	721.479

- Em 19/06/2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu o Primeiro Programa de Distribuição Pública de debêntures da Tractebel Energia, através do qual a Companhia terá a faculdade de ofertar ao público debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As ofertas de Debêntures a serem realizadas pela Companhia, no âmbito do Programa de Distribuição, estão limitadas ao montante de R\$ 1.500.000 durante o prazo de vigência do Programa de Distribuição, até 19/06/2009.
- Em 15/05/2007, a Companhia efetuou a sua 2ª emissão, a 1ª dentro do Programa de Distribuição anteriormente citado, composta de 35.000 debêntures simples, de série única, da espécie sem garantia nem preferência (quirográfica), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo, na data de emissão, o montante total de R\$ 350.000. As condições contratadas estão apresentadas no item "c" a seguir.
- A liquidação total da oferta pública ocorreu no dia 21/06/2007, e o montante recebido, incluindo juros e atualização monetária, foi de R\$ 353.423. Os recursos obtidos destinaram-se à aquisição da Companhia Energética São Salvador - CESS.

a) Condições contratadas

	Condições de Pagamento				
	Quantidade em Circulação	Remuneração	Juros/ Atualização Monetária	Principal	Garantia
Tractebel					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02/05	Parcela única em 02/05/11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02/05 e 02/11	Parcela única em 02/05/10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15/05	3 parcelas em 15/05/12, 15/05/13 e 15/05/14	Sem garantia
CEM					
Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. ^(a)	Semestral em 01/04 e 01/10, até 01/04/2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01/04/08, a 7,5737% em 01/04/13	Recebíveis decorrentes da geração ecomercialização de energia
ITASA					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01/12 (1ª série) e 01/06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01/12 (1ª série) e 01/06 (2ª série) de cada ano, até 01/12/13 (1ª série), e 01/06/13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

Moeda – indexador	2007		2006	
TJLP		6,37		7,87
IGPM		7,75		3,83
CDI		11,82		15,03
IPCA (maio a dezembro)		2,33		-

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
2009	-	-	-	20.078
2010	-	-	60.000	81.267
2011	-	-	142.540	165.114
2012	-	-	119.254	143.267
2013	-	-	119.254	135.939
2014	-	-	119.254	119.254
			560.302	664.919

17 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Imposto de renda	187.970	14.521	225.766	16.862
Contribuição social	55.944	-	66.788	856
ICMS	11.376	6.535	30.002	13.666
PIS e COFINS	10.153	7.620	12.164	9.432
INSS	3.705	2.190	3.746	2.199
Outros	2.576	2.881	2.930	3.055
	271.724	33.747	341.396	45.870
Não Circulante				
INSS	4.472	5.383	4.472	5.383
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	4.787	-	6.416	-
ICMS	-	-	1.315	-
	9.259	5.383	12.203	5.383
	280.983	39.130	353.599	51.253

No exercício de 2007, a Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social sobre base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor, diferentemente do ano anterior em que a apuração com base no lucro real se mostrou mais adequada.

18 – OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

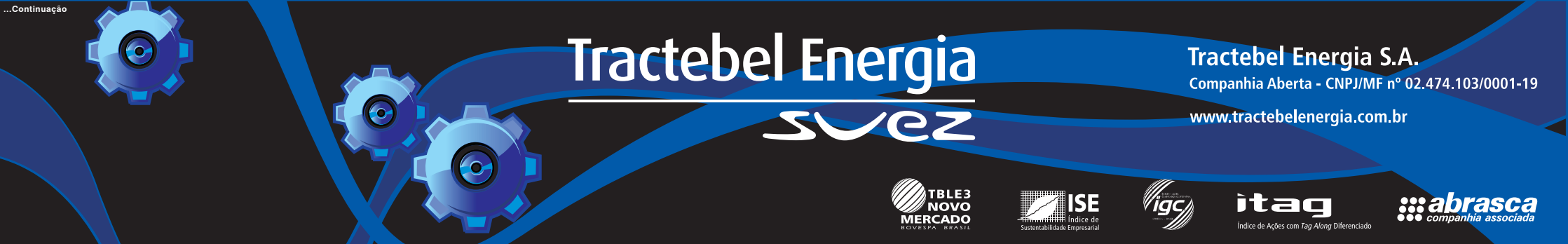
Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações administrativas e judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas administrativamente ou na esfera judicial em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.508	(3.489)	10.019	12.077	(3.119)	8.958
INSS	26.421	(11.609)	14.812	23.620	(10.503)	13.117
	39.929	(15.098)	24.831	35.697	(13.622)	22.075
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.235	-	17.235	15.970	-	15.970
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.625	(491)	22.134	20.662	-	20.662
Ações diversas	6.698	(20)	6.678	2.405	-	2.405
	46.558	(511)	46.047	39.037	-	39.037
Trabalhistas	20.018	(17.533)	2.485	23.990	(21.061)	2.929
	106.505	(33.142)	73.363	98.724	(34.683)	64.041
Classificação no Balanço						
Circulante			10.134			11.000
Não circulante			63.229			53.041
			73.363			64.041



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(em milhares de reais)

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vínculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

d) Contingências ativas

De acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, o registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da CCC/CDE que, até novembro de 2005, vinha sendo registrado na receita operacional, na rubrica "Subvenção combustível CCC/CDE", passou a ser contabilizado em conta retificadora do custo de produção de energia elétrica, na conta "combustível para produção de energia elétrica". A Companhia entende que, em decorrência da alteração da referida prática contábil, o PIS e a COFINS recolhidos em função do procedimento contábil anteriormente adotado devem ser recuperados. Assim sendo, está analisando a forma mais adequada de proceder a esta recuperação. O valor da contingência ativa não contabilizada, atualizada para 31/12/2007, é de R\$ 58.179.

20 – CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31/12/2007, são os seguintes:

Ano	Valor Histórico		Valor Atualizado	
	Anual	Total	Anual	Total
De 01/01/2008 a 30/07/2023	680	10.597	1.639	25.544
De 01/08/2023 a 30/07/2033	61.280	612.800	147.717	1.477.172
		623.397		1.502.716

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo imobilizado com os passivos corrente e exigível a longo prazo. Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Consolidado		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2005	1.530	178.130	179.660
Transferências	1.564	(1.564)	-
Encargos gerados	-	18.039	18.039
Variações monetárias	-	6.941	6.941
Amortizações	(1.535)	-	(1.535)
Saldo em 31/12/2006	1.559	201.546	203.105
Transferências	1.660	(1.660)	-
Encargos gerados	-	20.187	20.187
Variações monetárias	-	14.115	14.115
Amortizações	(1.580)	-	(1.580)
Saldo em 31/12/2007	1.639	234.188	235.827

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2009	1.639
2010	1.639
2011	1.639
2012	1.639
2013	225.993
De 2014 até 2033	234.188

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios. Os benefícios previstos são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26/11/1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC do IBGE.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23/12/1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no exercício de 2007, foi de R\$ 1.558.

A Companhia, no dia 15/05/2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o estabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. O prazo para a opção encerrou-se no dia 30/11/2007 e 29 participantes optaram pela transferência para a PREVIG. A efetivação dessa transferência deverá ocorrer em janeiro de 2008.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2007 foi de R\$ 966.

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)	2007	2006
Taxa de desconto (a.a.)	10,25%	10,75%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	10,50%	11,00%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	5,00%	7,00%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,00%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,00%	5,00%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,00%	5,00%
Inflação		
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

Hipóteses Demográficas

	2007		2006	
	AT 2000 (por sexo)	RP 2000 Disabled	AT 2000 (por sexo)	RP 2000 Disabled
Tábua de Mortalidade (ativos)	Watson Wyatt 1985 Disability Class 1	T-1 Service Table	Watson Wyatt 1985 Disability Class 1	T-1 Service Table
Tábua de Entradas em Invalidez	Primeira data em que completam todas as carências	Primeira data em que completam todas as carências	Primeira data em que completam todas as carências	Primeira data em que completam todas as carências
Tábua de Rotatividade	90	90	90	90
Idade de Aposentadoria	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	2007	2006
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optaram pela conversão	100%	100%
Fator de conversão do SB-40	140%	140%

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, é a seguinte:

Controladora e Consolidado					
Plano de Aposentadoria	2007		Plano de Aposentadoria	2006	
	Gratificação Confiden- cialidade	Total		Gratificação Confiden- cialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.249.541 (796.910)	- 1.249.541 (796.910)	1.179.927 (736.567)	- 1.179.927 (736.567)	
Valor justo dos ativos	-	1.632	-	1.628	
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.632	-	1.628	
Subtotal	452.631	1.632	443.360	1.628	444.988
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(124.867)	(613)	(125.480)	(707)	(130.894)
Passivo reconhecido no balanço	327.764	1.019	328.783	921	314.094
Classificação no balanço					
Circulante	-	18.450	-	20.369	
Não circulante	-	310.333	-	293.725	
	-	328.783	-	314.094	

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 6,75 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano. Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/ reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

Controladora e Consolidado				
Circulante	2007		2006	Total
	Não circulante	Total		
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	15.709	122.189	137.898	144.945
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	2.216	2.548	4.764	9.709
Passivo atuarial não contratado	525	185.596	186.121	159.440
Passivo atuarial total	18.450	310.333	328.783	314.094

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC do IBGE e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. Os valores apresentados no não circulante são os seguintes:

	2007		2006	Total
	ELOS	PREVIG		
2009	14.339	1.815	16.154	
2010	15.222	1.923	17.145	
2011	14.419	1.907	16.326	
2012	11.581	1.946	13.527	
2013	12.294	2.062	14.356	
2014 em diante	28.911	15.770	44.681	
	96.766	25.423	122.189	

A movimentação do passivo atuarial está resumida a seguir:

	2007		2006	Total
	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade		
Passivo em 31/12/2005	285.721	1.054	286.775	
Despesas do exercício de 2006	58.158	199	58.357	
Contribuições	(30.706)	-	(30.706)	
Benefícios pagos	-	(332)	-	(332)
Passivo em 31/12/2006	313.173	921	314.094	
Despesas do exercício de 2007	45.445	262	45.707	
Contribuições	(30.854)	-	(30.854)	
Benefícios pagos	-	(164)	-	(164)
Passivo em 31/12/2007	327.764	1.019	328.783	

Os valores a serem reconhecidos no resultado, no exercício de 2008, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	2007		2006	Total
	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade		
Custo do serviço corrente	485	53	538	
Custo dos juros	123.667	137	123.804	
Rendimento esperado dos ativos do plano	(80.463)	-	(80.463)	
Amortização de perdas atuariais	1.620	40	1.660	
Contribuição dos empregados	(159)	(230)	(189)	
	45.120	230	45.350	

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05/10/2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (889 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia, no exercício de 2007, foi de R\$ 3.584.

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial cujo valor, no exercício de 2007, correspondeu a R\$ 4.256, depositada na conta da PREVIG ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia, até 31/12/2006, foi responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de Contribuição Definida. No exercício de 2007, a patrocinadora foi responsável por 75% e os participantes do plano por 25% dessas despesas. A contribuição da Companhia nesse exercício foi de R\$ 997.

A partir de 2008, as despesas administrativas serão rateadas entre a patrocinadora e os participantes levando-se em consideração a formação da reserva financeira dos participantes. A parcela correspondente ao saldo da reserva na data da migração dos participantes do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida será integralmente assumida pela patrocinadora. A parcela relativa à reserva constituída a partir desta data será custeada 75% pela patrocinadora e 25% pelo participante.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

22 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica, na controladora e no consolidado, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R\$ 36.533 no exigível a longo prazo, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R\$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais.

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$ 4,32 (R\$ 4,24 por ação em 31/12/2006).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

Acionistas

Suez Energy South America Participações Ltda.	
Banco Clássico S.A.	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	
União Federal	
Outros	

c) Composição das reservas

Reserva de Capital

Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reservas de Lucros

Reserva legal

Reserva de retenção de lucros

% do Capital	
2007	2006
68,71	68,71
10,00	10,00
2,80	2,80
1,90	1,90
16,59	16,59
100,00	100,00

2007	2006
91.695	91.695
249.496	197.214
29.896	29.896
279.392	227.110

24 – DIVIDENDOS

No decorrer do ano de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio nos seguintes valores:

- R\$ 88.000, correspondentes a R\$ 0,1348158600 por ação, aprovados em 10/05/2007 e pagos em 25/10/2007;
- R\$ 88.000, correspondentes a R\$ 0,1348158600 por ação, aprovados em 05/12/2007, que serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2007. Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 14/08/2007, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30/06/2007, no valor de R\$ 360.066, correspondentes a R\$ 0,5516214256 por ação, os quais foram pagos em 25/10/2007. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

2007	2006
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	1.045.627
Constituição da reserva legal (5%)	(52.282)
Base de cálculo	993.345
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	298.004

b) Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos

Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	151.301	182.649
Dividendos intercalares	360.066	324.000
Dividendos adicionais propostos	457.279	393.189
Subtotal	968.646	899.838
IRRF dos juros sobre o capital próprio	(4.609)	(30.351)
Total	963.345	930.189

Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária (em R\$ 1,00): 1,5218031188 1,4250471146

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R\$ 457.279, correspondem a R\$ 0,7005499732 por ação, serão pagos após deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R\$ 457.279, correspondem a R\$ 0,7005499732 por ação, serão pagos após deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.

A destinação do lucro líquido do exercício foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Controladora						
2007			2006			
Custos		Despesas				
Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total	
Pessoal	89.037	7.915	6.549	37.909	141.410	126.889
Administradores	-	-	-	10.878	10.878	8.474
Material	19.640	240	44	1.347	21.271	22.220
Serviço de terceiro	42.176	0.37	863	29.969	75.045	67.727
Combustível para produção de energia	118.684	-	-	-	118.684	95.575
Compensação financeira pela utilização de recursos financeiros	71.127	-	-	-	71.127	26.830
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	169.161	-	169.161	162.625
Depreciação e amortização	174.910	-	2	1.609	176.521	159.004
Seguros	6.020	494	-	284	6.798	6.097
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	-	-	5.315	5.315	7.351
Contribuições setoriais	-	-	1.988	208	2.196	2.330
Taxa de fiscalização	-	-	-	6.782	6.782	8.011
Contribuições e doações	222	54	16	6.889	7.181	5.319
Outros	4.556	90	415	12.526	17.587	26.273
526.372	10.830	179.038	113.716	829.956	724.775	

